**AS CONFRARIAS NEGRAS
NA REGIÃO DAS MINAS
NO SÉCULO XVIII**

Daniel Martins Ferreira

INTRODUÇÃO

Este trabalho de caráter ensaístico se propõe a expor o que são confrarias negras, o seu meio de atuação, falar sobre suas estruturas de funcionamento e principalmente da sua importância enquanto instrumento de inversão hierárquica, isto na capitania de Minas Gerais no século XVIII. Serão abordados em seis partes:

☞ **O QUE SÃO ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS:** aonde é abordado o conceito e os diferentes tipos de irmandade e o que elas são dentro da organização mineira.

☞ **QUEM FAZIA PARTE DELAS:** Nesta parte serão identificados os integrantes dessas confrarias assim como o seu nível de influência e outras características pertinentes ao tipo de confrade que cada irmandade aceitava

☞ **REGRAS DE PROCEDIMENTO:** serão apresentadas e discutidas as regras essenciais que as irmandades deveriam seguir.

☞ **ATRATIVOS DAS CONFRARIAS:** aqui serão expostos o que nas irmandades atraíam seus membros, quais eram suas características que ativavam o desejo associativo ou quais são as características da época e da região que empurrava as pessoas a esta atividade.

☞ **ECONOMIA E FINANÇAS DAS CONFRARIAS:** será exposto nesta parte como elas se sustentavam e aonde aplicavam a sua receita.

☞ **INVERSÃO HIERÁRQUICA:** aqui, na culminância do trabalho será discutido o papel das confrarias negras enquanto elementos de aculturação do negro ou como meio de contestação legal das etnias marginalizadas.

Cabe lembrar que este trabalho é de cunho expositivo de uma pesquisa feita baseada nas fontes secundárias citadas o que não permite um aprofundamento maior em certas questões.

O QUE SÃO ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS?

Em primeiro lugar ao se começar com um trabalho desse tipo, vê-se a necessidade de se conceituar algumas coisas e de fazer algumas explicações primárias. Tais relativas ao trabalho em si, que visa falar sobre as Confraria Negras em Minas Gerais. Antes de começar a falar sobre a suas características mais profundas deve-se explicar o que são confrarias, assim como definir as associações religiosas existentes.

O que temos de definição sobre as associações religiosas é um trecho do direito canônico que tenta atribuir alguns conceitos e já definir algumas regras a estas associações:

*“As associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade, se denominam **pias uniões**; as quais, se estão constituídas em organismos, se chamam **irmandades**(...) E as irmandades que tenham sido eretas ainda mais para o incremento do culto público, recebem o nome particular de **confrarias**.”*

Segundo este trecho acima temos três divisões bem marcantes. Qualquer grupo, qualquer corporação, qualquer associação de fiéis da Igreja, que tenha sido criado para exercer alguma atividade de caridade ou de piedade é chamado de pia união. Já, quando estas pias uniões se constituem em órgãos próprios de funcionamento são chamadas de irmandades. E, já em terceiro plano, se esta irmandade se dedicar ao culto público, seja no paramento do culto, seja nas procissões, seja na construção de igrejas ou outras atividades similares, ela se chamará de confraria. Porém, quando se procura a utilização desses termos pelas próprias irmandades e confrarias, percebe-se um uso indiscriminado, sem fazer diferenciação dada no direito canônico. Pode-se supor que este procedimento, de chamar confrarias de irmandades e vice-versa, decorra da não existência, em Minas Gerais, desta diferença. Afinal, as associações religiosas daquela época estavam dedicadas quase que ao mesmo fim e, com exceção da Misericórdias, todas estavam dedicadas ao incrementos do culto público.

Através da *bula inter coetera*, expedida pelo Papa, era concedido ao Rei de Portugal o Grão-Mestrado da Ordem de Cristo¹. Este posto lhe concedia a autoridade para o recolhimento do dízimo² nas colônia em sua missão cristianizadora e, ao mesmo tempo, lhe concedia a obrigação de manutenção da religião nas colônias. Ou seja, deveria criar igrejas e dar os subsídios necessários para a sustentação dos clérigos, assim como deveria fornecer o pecúnio necessário a paramentação da igreja e tudo relacionado ao culto em si. Como acontece com constância, a prática é bem diferente da teoria. O dízimo era recolhido assim como outras taxas reais e por conseqüência ia parar no

¹ - ou Ordem de Cristo ou Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

² - Que por sua vez era repassado a particulares que compravam o direito e se tornavam dizimeiros.

mesmo “cofre”, não havendo discriminação do que pertencia à Igreja(à Ordem de Cristo) ou à Coroa. Não havendo esta discriminação pode-se imaginar as barbáries feitas com este dinheiro que pode ter sido aplicado em tudo menos com a religião na colônia³.

Havendo então esta inadimplência em relação à manutenção do culto na colônia, este serviço tornou-se responsabilidade das irmandades, responsabilidade dos leigos em Minas Gerais. Pois, em Minas Gerais, devido a uma série de motivos⁴ foi proibida a permanência de regulares. Então, na capitania das minas somente existiriam as associações leigas e alguns poucos eclesiásticos seculares, ligados às igrejas matrizes e igrejas coladas. E, estas associações leigas se dedicariam a estas atividades que eram da responsabilidade do Grão-mestre. Quanto a estas atividades desenvolvidas serão explicadas e discutidas mais adiante nesse trabalho.

Apesar desta proibição do regulares, que seria chamadas Ordens Primeiras, outras Ordens poderiam se estabelecer aqui tal qual filiais destes regulares, porém, formadas por leigos. Estes seguiriam certas regras voltadas para a perfeição moral e deveriam ter autorização das Ordens Primeiras e deveriam demonstrar cumprimento de uma série de normas que variavam de ordem para ordem. Estas filiais existentes no Brasil eram chamadas de Ordens Terceiras e vão ser aglutinadores daqueles fiéis que se encontram na elite da sociedade mineira. Pertencer a uma destas ordens conferia status social altíssimo até pelas exigências que havia para a entrada. Este tipo de ordem, de associação, não era composta por negros, mulatos, pardos e forros⁵ pela exigência de estatuto de sangue⁶. Então, é passada esta explanação por uma possível referência futura, porém, para este estudo estas ordens não são de alcance do negro e logo não são consideradas associações negras.

Essas associações existentes, tais como Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras, se possuíam a capacidade de embarcar outras corporações, de mesmo nome e fins, se tornavam arquiconfrarias. Elementos de união e de criação de redes de relacionamento entre seus membros. Sendo estas arquiconfrarias pilares das reivindicações de seus membros por sua força maior.

Tendo noção de uma Minas Gerais aonde o desejo associativo era muito grande, devido a vários motivos que serão aqui apresentados, e diante de uma grande religiosidade, estas confrarias eram freqüentadas por todas os mineiros dos séculos XVIII e XIX. Estes, que devido à expulsão dos

³ - Várias irmandades várias vezes pediram auxílio da Coroa para certas obras mais vultuosas e outras atividades, sendo, algumas vezes atendidas. O que faz com que seja aberto um parênteses nesta colocação de não se aplicar o dinheiro com a religião na colônia, porém, as quantidades de dinheiro aqui empregadas foram ínfimas se comparadas com a receita obtida.

⁴ - Entre eles a isenção que os padres regulares tinham e o seu costume de se aventurar nas minas e contrabandear ouro e, também, outro motivo foram atritos já antigos da Coroa com os regulares.

⁵ - Salvo alguma exceção devido a alguma negociação.

⁶ - Comprovação por parte daquele que quer ser membro de que tem puro sangue, não sendo ou tendoem sua linhagem familiar pessoa de *infecta nação*.

regulares e à displicência da Coroa com suas obrigações(enquanto Grã-mestre), tomaram as rédeas da igreja, sustentando e conduzindo o cristianismo na colônia, assim, deixando na religião os aspectos mais singularidades do seu próprio dia-a-dia, assim como sua predileções e seus antagonismo. Isto faz crer que o estudo das associações religiosas em Minas Gerais cria um acesso à vida e à mentalidade dos habitantes daquela região.

Resumindo este item temos uma divisão de Ordens Terceiras como filiais das Ordens Primeiras, a dos regulares que foram proibidos de ficam em Minas Gerais, de Confrarias e Irmandades, que irão ser as atuantes na região das minas. Cabe ressaltar que não serão usados os termos confraria e irmandade como diferentes, isto, pela própria falta de diferenciação na época estudada. Então, quando for feita referência a elas são consideradas o mesmo, uma associação de fiéis que unem para atividade de piedade caridade e ainda estão direcionados ao incrementos do culto. Estas que adquirem na região das minas o caráter de serem associações leigas, ou seja, fundada por fiéis, por pessoas comuns, e não por vigários, padres e outros.

QUEM FAZIA PARTE DELAS?

Quem eram estas pessoas que participavam destas associações? Estas pessoas em geral eram pessoas leigas, ou seja, diferentes das Ordens Primeiras, não tinham clérigos, frades em sua lista de membros. Era pessoas comuns, fiéis que se dedicavam à igreja de sua forma particular, de acordo com as suas idéias, de acordo com as suas capacidade. Muitos eram ricos, porém, muitos também eram os pobres que participavam destas organizações. Cada um em sua própria confraria, obedecendo a uma estratificação social que se repetia no religioso. É a união profundo e indistinguível entre o profano e o religioso.

Esta estratificação não alcança, porém, apenas a questão rico ou pobre, mas vai além, dividindo-se em irmandades de negro, de pardos, de mulatos, de forros. Algumas mais generalistas, aceitando as diversas etnias em uma única corporação, permitindo a entrar de brancos e negros e dos demais. Porém, existiam aquela, assim como as Ordens Terceiras, que exigiam a pureza de sangue, a pessoa teria que ser branca, ter parentes brancos, ser casado com alguma pessoa tão pura quanto ele e, ainda por cima, não poderia ser cristão branco. As irmandades de cor normalmente aceitavam a entrada de brancos, porém, certos cargos na mesa⁷ eram restritos aos irmão de cor.

As mulheres também participavam desta irmandade, mas normalmente sem comporem a mesa, a não ser em alguns casos que previam certos cargos específicos para ocupação pela mulher, mas, esse cargos, dentro da mesa eram de menor importância. Porém isto não faz do lugar das mulheres menos importante, pois o posto de ação dela mais decisivo era o poder econômico, exercendo seu poder por detrás da cortina. Um lugar privilegiado donde poderia influenciar fortemente nas decisões da agremiação.

Então, estas irmandades eram formadas algumas de uma só cor, outras de várias. Algumas delas tinham recursos econômicos fortíssimos, enquanto outras eram só necessidades. Porém todas foram sempre repletas da maior diversidade, pois, no Brasil, diferentemente do que aconteceu em Portugal, as irmandades não eram corporações de ofício, mas sim organismos com intentos espirituais, religiosos, assistenciais e sociais até. Assim reunindo os mais diversos profissionais envolvidos nas mais diversas atividades. E esse ponto é muito importante, pois, esta diversidade dos irmãos componentes da irmandades que definia o caráter de grande alcance das mesmas, que tinham acesso a uma série de produções da época, que tinham acesso a não somente recursos materiais, como dinheiro, mas tinham os recursos humanos para se tornar uma estrutura de manipulação da vida na época. São exatamente o tipo de

⁷ - Mais para frente no trabalho serão explicados a formação da mesa e o que são irmãos de mesa. Por enquanto pode considerá-la como a diretoria da irmandade.

membros de cada irmandade que irá definir em muito o seu poder. As irmandades de brancos, acompanhadas pelas maiores fortunas coloniais, exerciam poder só pela presença e proteção destas figuras. Porém cabe lembrar que não só de nomes se constrói influência. O poder econômico das irmandades negras permitia que elas alcançassem vários mecanismos de controle das autoridades e de controle da sociedade. São então, fatores a serem considerados, o número de membro e o tipo de membros que compõem a confraria.

Resumindo este item temos confrarias e ordens que tem cada uma as suas regras para agregação de membros. Sendo as confrarias negras normalmente abertas a entrada tanto de brancos quanto de mulatos, pardos e forros. Sendo que nos meados do século XVIII várias irmandade de pardos e mulatos(estas específicas) foram fundadas. Outro caráter definidor dos componentes destas irmandades era os recursos econômicos que muitas vezes influenciaram na aceitação de algum membro. Sendo padrão que os irmãos mais ricos se tornem irmão mesários influenciando de forma definitiva na atuação dessas. Atuando também de forma definitiva estão as mulheres, porém em estruturas paralelas de poder utilizando a sua influência econômica.

REGRAS DE PROCEDIMENTO

Toda irmandade ao ser criada elegia uma mesa. Esta mesa era composta por eleição criando uma diretoria da confraria. Esta mesa seria composta por procuradores, juizes, oficiais, presidente, reis e rainhas⁸, secretário e outros cargos, podendo variar de confraria a confraria. Um desses cargos a que será dado neste tópico, relativo às regras que definiam o campo de atuação e as leis que regiam este grêmio religiosos, é o de secretário, devido à sua responsabilidade de redigir o livro de compromissos. Os compromissos eram as obrigações estipuladas para as irmandades e deveriam ser seguidas à risca para poderem existir⁹. Deveria ser redigido o livro e enviado para Lisboa, quando passaria pela Mesa de Consciência e Ordens¹⁰.

Na Mesa de Consciência e Ordens, passaria por uma rigorosa avaliação. Muito destes livros eram devolvidos rejeitados e com grande chance de terem a exigência de mudança de algum aspecto para sua aprovação. Esse livro ao lá chegar lá poderia demorar muito tempo. E a maioria tinha que ser, posteriormente, reenviada com correções. Isto estimulou que muitas irmandades funcionassem antes de receberem seu compromisso, pedindo permissão do Ordinário para o uso de algo provisório e, tantas outras, que nem enviaram os compromissos¹¹.

Funcionando baseada em um estatuto que regia a confraria, sendo este o compromisso ou alguma outra aprovada pela mesa(pela mesa da confraria), essas associações tinham certa liberdade sobre suas ações sendo dificultada a fiscalização das mesmas. O primeiro problema a esta padronização é a discussão sobre as jurisdições. Devido à união do poder do Rei com o da Igreja na forma do padroado¹² existia uma briga constante entre os oficiais da coroa e os eclesiásticos sobre quem poderia exercer autoridade sobre as irmandades. As irmandades, nada ingênuas, se aproveitavam dessas brechas, podendo quando em contato com os eclesiásticos, afirmarem-se subordinadas ao Estado e, quando em contato com as autoridades civis, afirmarem-se subordinadas à Igreja.

Apesar disso, uma vez ou outra as irmandades sofreram repressões para voltarem à conduta correta, isto quando as solicitações de auxílio para a correção do comportamentos das confrarias surgiam de ambos os lados e com certa intensidade. Isto fica à mostra na questão dos sufrágios. Quando muitas

⁸ - Cargos honoríficos que serão tratados mais para frente.

⁹ - Isto se referindo na teoria.

¹⁰ - Órgão Real responsável pelas situação referentes à consciência do Rei assim como os assuntos relativos às ordens, irmandades e confrarias.

¹¹ - Posteriormente o Rei irá exigir a reconfirmação dos compromissos e todas as confrarias tem que reenviar seus compromissos. Nesse momento, muitas das que não haviam enviado alegavam o desconhecimento da necessidade do mesmo, assim escapando de reprimendas e de punições.

¹² - Que era um benefício perpétuo dado a todo rei ou rainha de Portugal a partir de D.Manuel.

confrarias foram questionadas sobre o cumprimento de seus compromissos. Muitas foram acusadas de não pagarem e organizarem as missas pelas almas dos irmãos falecidos como deveriam fazer segundo seus estatutos. Esta situação culminou com a exigência de que os vigários somente realizassem as missas festivas mediante comprovante de cumprimento dos sufrágios. O que demonstra que quando a situação tocava aquilo que atingia princípios para a existência das confrarias e quando tocavam assuntos de importância para a sociedade da época, as irmandades sofriam mais controle, mesmo que no final consigam escapar à fiscalização de alguma forma.

De tempos em tempos estas confrarias eram visitadas por eclesiásticos, estes que poderiam ser bispos ou clérigos escolhidos para tomaram conta do que fazem as irmandades. Estes visitantes verificavam tudo, desde as atividades de missa e de festa até os livros de receita e despesa das confrarias. Sempre atentos a denunciar comportamentos ilegais, estavam estes a todo o tempo a denunciar a falta de zelo pelas normas que as irmandades tinham. Muito das atividades não assumidas pelas irmandades são conhecidas pelos relatos desses visitantes¹³. Só não tiveram importância maior devido aos problemas de jurisdição já descrito. Tendo eles mesmo tendo que abrir processos longuíssimos contra as confrarias. Por essas razões normalmente se limitavam a fazer notificações e exigências, mas normalmente as confrarias não obedeciam e continuavam fazendo as suas atividades da mesma forma.

Parte importante ao entendimento das regências das confrarias é a questão da exigência da Real de que toda a alteração que fosse feita no estatuto fosse autorizada antes. Ou seja, eram necessários emissões de pedidos para construções de igrejas, para construções de capelas, para aumentar ou reduzir os preços das contribuições dentre outras coisas. Apesar de uma parte não perder tempo neste encaminhamento aos tribunais palatinos, a grande maioria o fazia, mesmo que não esperasse a resposta já executando o objeto de pedido. Todavia, o interessante desta emissão é que através destes pedidos as confrarias negras, representando essa parte marginalizada da sociedade, alcançaram canais de conversação com a coroa. Conseguindo estar fazendo reivindicações para o regramento da escravidão e do trato das pessoas de cor em geral. Protegendo e barganhando com a coroa melhorias para os seus membros.

Resumindo este item temos confrarias que precisam se submeter a um compromisso que necessitar estar no moldes exigidos pela Coroa. Isto ligado a outras exigências que possam vir por meio de decreto da Coroa ou de algum Governador e até podendo ser submetidos a alguma ordem¹⁴ eclesiástica(principalmente relacionadas ao bispado de Mariana). Porém esta submissão era diversificada segundo a posição e a ideologia de cada um. Sendo as confrarias negras também um meio de luta social é

¹³ - Que também não podem ser tratado como se fossem a lei. Isto devido a conflitos existentes e atritos entre as associações e os eclesiásticos. Sendo, então, necessário todo o cuidado quando for utilizado o testemunho desses visitantes.

¹⁴ - no sentido de lei e não de associação.

bem provável que tenham sido displicentes em relação a estas condições, inclusive no relativo ao pagamento dos sufrágios, um elemento básico de qualquer compromisso confrarial.

ATRATIVOS DAS CONFRARIAS

Dizer apenas que as confrarias eram atrativas aos fiéis em geral se tornaria vago sem uma melhor explicação. Não somente o caráter religioso da população explicaria este intuito associativo da população mineira. São vários fatores que conjugados compelem ao fiel mineiro a se unir a uma associação e, em especial, no caso dos negros, que aqui será analisado de forma inicial para atingir sua culminância na próxima parte deste trabalho que fala sobre como essas confrarias atuaram como promovedoras da expressão e de inversão hierárquica¹⁵.

Minas voltada para a vida mineradora forneciam aos seus habitantes e, principalmente aos negros que trabalhavam pesadamente nas minas, uma vida geralmente curta, turbulenta, sem certezas, sem garantias. Um dia poderiam encontrar ouro e ao gasta-lo e ao passar pelos impostos reais poder-se-ia verificar pobre de novo. Se em um dia a prosperidade poderia bater à porta de uns, amanhã, aos mesmos o azar poderia visitar. Era uma vida incerta. De lucro duvidoso e de trabalho penoso. Esta característica gerou uma preocupação com uma série de coisas que poderiam ser adiadas para o depois, porém, exatamente pela incerteza da vida estavam sempre preocupados.

Um dos elementos influenciados por esta incerteza é a questão dos sufrágios. As confrarias garantiam aos seus membros que por sua alma seria rezadas as devidas missas por ocasião de sua morte e que também iria velar por sua alma e fazer procissão. Esta que deveria ser presenciada por todos os membros¹⁶. E também tomariam conta de seu sepultamento na igreja da confrarias e caso não tivessem igreja própria, providenciariam o sepultamento na igreja matriz. Essa necessidade de ter esta garantia era devido à crença de que quanto mais missas fossem rezadas pela alma do falecido mais facilidades ele teria no outro lado. Assim, tendo esta garantia as pessoas poderiam morrer com maior tranqüilidade e seus familiares poderiam ter um mínimo de consolo. Isto aos ricos de vida mais estável era significativo sem dúvida, mas, para aqueles de vida mais simples e possivelmente mais curta devido à espécie de trabalho e cuidados que tinha, por exemplo, o escravo, era urgencial que tivessem a sua salvação garantida. E uma outra variante nesta questão dos sufrágios, o senhor era obrigado a arcar com os gasto de seus escravos. Tanto os gastos com os últimos sacramentos¹⁷ quanto com os gastos de sepultamento. O senhor, então, inscrevendo seu escravo na confraria pagaria no final de contas mais caro do que pagaria pelo

¹⁵ - Termo usado por Marcos Magalhães de Aguiar em texto constante na bibliografia. Termo que será mais bem discutido à frente.

¹⁶ - E no caso de algum irmão não comparecer, reincidindo na falta seria expulso da confraria, de forma geral nas confrarias.

¹⁷ - Fora outras obrigações evangelizadores que não são pertinentes agora.

sepultamento em si¹⁸, porém, pagaria parceladamente às irmandades, enquanto, se arcasse da forma normal, sempre que um escravo falecesse teria que sacar de seu bolso, de uma só vez, grandes quantias. Então, em relação aos ritos fúnebres executados pelas irmandades, os senhores tinham o que ganhar.

Outro atrativo era o status social conferido. Uma pessoa, sendo ela negra ou branca, pertencendo a uma irmandade, sendo ela um Ordem Terceira ou a uma Irmandade do Rosário, ela teria reconhecimento e respeito como tal. E pode-se até pensar nestes status pelo avesso. Não somente quem participava das atividades associativas que ganhava reconhecimento, mas o inverso é também observável, aquele que não participa da vida associativa não era confiável, não era uma pessoa com a qual podia-se ter votos de confiança. Mesmo a pessoa sendo um negro escravo ela se tornava melhor aos olhos da sociedade se ele fosse o membro da irmandade do Rosário ou de Santo Elesbão ou qualquer outra. Então, este destaque social conferido pela participação nas atividades confrarias também exerceu influência para a inscrição dos fiéis em uma sociedade regida pela cultura da fidalguia e das aparências. Sendo mais uma vez aqui o papel do senhor interessante no relativo às confrarias negras. Conferia ao senhor de escravos um certo status sabendo os do seu meio que os seus escravos são da influente irmandade do Rosário, sendo que alguns senhores chegaram a aceitar que seus escravos estivessem como irmãos de mesa¹⁹.

A proibição dos regulares também não deixa de ser um atrativo às confrarias, isto juntamente das condições do padroado tratados de forma unilateral pela Coroa. Quanto aos regulares eles foram proibidos de estarem nas minas e quanto aos eclesiástico em geral, este deveriam ser sustentado pelo Rei que recolheria e redistribuiria o dízimo de acordo com as necessidade de cada região. Isto não ocorrendo os padres cobravam a conhecenças, taxas pelos sacramentos e pelas atividades em geral executadas por eles. Apesar do Rei enviar uma quantia em dinheiro aos párocos²⁰, esta quantia não era o suficiente para sustenta-los, então, as conhecenças eram caríssimas. A pessoa normal não conseguiria pagar pelas diversas taxas²¹ e uma vida tão relacionada com religiosos em meio à comunhão confissão e outros. Isto principalmente ao escravo, que teria o seu senhor que arcar com todas estas taxas no mínimo uma vez por ano²². Mas que seja o branco, que seja o pardo ou o forro, ou o negro com seus próprios recursos²³, exercendo papel ativo sobre suas vidas, afinal Não podemos ver o negro escravo apenas com um ser

¹⁸ - Devido às taxas de entrada e as anuidades.

¹⁹ - Estes, apesar de regerem a vida confrarial e obterem prestígio social tinham que pagar taxas mais altas que os outros irmão, por isso o sacrifício pelo senhor em pagar esta taxa pelo status conferido ao seu escravo e a si por consequência indireta.

²⁰ - Taxa esta chamada cõngrua.

²¹ - Assim como a construção das igrejas também eram encargo das irmandades, então estas seriam o meio de culto aos irmãos, que sem as confrarias nem teria acesso a uma igreja;

²² - Embora alguns sempre burlassem essas normas, como sempre podem ser verificadas exceções à regra.

²³ - Adquiridos das mais variadas formas, dependendo da situação do escravo, suas habilidades e em relação à sua localização urbana(dinheiro mais fácil) ou rural(mais difícil).

passivo ao seu senhor, não teriam recursos suficientes para pagar estas conhecenças. Daí as irmandades serem atrativas ao providenciarem estes rituais com um capelão contratado pela irmandade.

A assistência social também foi de grande importância dentro do quadro de necessidades do povo. Este que não poderia viver apenas de rezas e de sacramentos e de sufrágios²⁴. Isto principalmente durante a época de crise do ouro, quando as pessoas viviam em uma instabilidade maior que nunca, o auxílio à carne se tornou um forte agregador de irmãos. Algumas ações existiam nas confrarias dentro deste caráter assistencialista:

- ✍ ✍ Existência dos irmão enfermeiros, encarregados de visitar os irmão enfermos, dar o auxílio necessário que for possível, porém, sempre também com o intuito de reafirmar a fé mesmo nos momentos derradeiros do ser;
- ✍ ✍ Eram responsáveis as confrarias pela soltura e a segurança de irmãos encarcerados. Isto era extremamente atraente a irmandades de membros marginalizados sempre com predisposição de serem acusados de algum crime. Mediante isto a irmandade trata de presta o devido auxílio²⁵ aos irmãos;
- ✍ ✍ Auxílio material dado às viúvas e filhos legítimos pobres de confrades falecidos. Estes seria visitados pelo procurados da confraria e faria ficar sabendo as necessidades da família do confrade e assim o proveria mediante aprovação da mesa;
- ✍ ✍ Construção de hospitais, porém esta atividade era mais ligada às Misericórdias, estas que tinham como seus membro os mais ricos e com estatuto de pureza de sangue;
- ✍ ✍ Ações a favor de irmãos mais pobres, devido à inconstância da vida, existindo para este fim “Hospícios de Alienados”, Casa de exposto e asilo de menores desvalidos, maternidade e asilo de inválidos. Isto em consideração a estes irmão que em certo momento profissional não compartilharam da sorte dos outros irmão e seria auxiliados, porém, cabe lembrar que quão mais dispendiosas a construção dessas casas e sua sustentação, somente as irmandades mais ricas as teriam, isto quando não for de função exclusiva da misericórdias, que uniam a dedicação a estes trabalhos com recursos pecuniários disponíveis.
- ✍ ✍ Sepultura aos filhos legítimos dos irmão, que já havia sido citado;
- ✍ ✍ A defesa e acolhimento dos irmão em rede quando em arquiconfrarias ou em confrarias que tinham muita afinidades com outras, podendo o irmão usufruir os mesmos benefícios onde

²⁴ - Embora estas atividade exerçam certo fascínio a ponto de serem inegavelmente tão necessários quanto o próprio ato de comer.

²⁵ - Inclusive jurídico.

quer que fosse, sendo até sepultado por irmão de outra confraria quando falecendo fora da freguesia original.

Todos estes fatores, conjuntamente nutriam àqueles em busca do auxílio mais material.

Outro fator tão importante quanto os outros é o da proteção de interesses dos seus membros. Sendo a irmandade um reflexo da vontade de seus membros²⁶ estas tomavam partidos e posições em proteção de seus agremiados. As confrarias negras então, como já foi falado e aqui lembrado, eram pilares de sustentação dos desejos sociais, sendo estas os únicos meios de manifestação legal delas. Tendo este desejo de manifestação, de quebra do sistema expressado nas festas e no comportamento próprio das confrarias. Estas que poderiam muito bem se estabelecer em altares laterais de igrejas de confrarias brancas e matrizes²⁷ tomam atitude e batalha pela construção de ermidas, capelas e igrejas próprias. Tendo assim a sua independência e liberdade para executarem seus próprios rituais. Não se subordinando aos párocos e sim os párocos sendo transformados em simples contratados e dependentes das confrarias, sendo assim os capelães das irmandades. As confrarias negras eram assim o móvel de expressão social dos irmãos de cor, cabendo neste grupo tanto os escravos quanto forros, pardos e mulatos. Porém esta questão será mais profundamente abordada na seqüência.

Resumindo este item, os atrativos para as associações eram as atividade de assistência espiritual e social, aos senhores era o parcelamento dos encargos com a morte do escravo. Em especial às confrarias negras era o instrumento de reivindicação social aos seus membros.

²⁶ - Mais ou menos limitada de acordo com estatutos e compromissos.

²⁷ - Às irmandades sem igreja própria era permitido o estabelecimento em altares laterais, sendo normalmente o central reservado ao Santíssimo Sacramento ou ao Orago da confraria.

ECONOMIA E FINANÇAS DAS CONFRARIAS

Este item irá tratar do como as confrarias se sustentavam e para aonde direcionavam sua receita, isto de forma breve.

Como primeiras formas a serem tratadas se têm as entradas e anuidades. As entradas eram taxas pagas no momento inscrição do membro. Estas variavam de associação a associação assim como as anuidades. As anuidades eram pagamentos anuais feitos igualmente por todos os confrades²⁸. Uma variante no pagamento das entradas era o aumento da mesma de acordo com a idade do membro e com sua condição de saúde. Arriscando um anacronismo vejamos o sistema de seguros atual de carros. Quão mais provável do carro ser roubado e quão maior for o prejuízo pelo roubo maior será a anuidade cobrada pela seguradora. Então, uma pessoa, com um carro novo que fique fora da garagem, irá pagar mais caro do que alguém que tenha um carro velho e que tenha garagem, isto porque a garagem dará mais segurança contra roubo e o fato do carro ser velho menor será a procura por ele (para o roubo) e menor será o prejuízo da seguradora, caso tenha que restituir o valor do carro. Agora retornando às irmandades. As anuidades e entradas são direcionadas ao pagamento relativo aos sufrágios²⁹ e gastos com sepultamento e procissão pelos confrades falecidos. Então o perigo aqui não é o roubo, é a morte. Aumentando as chances de morte as confrarias cobram mais caro aos irmãos, sendo este aumento de chances baseado na idade já avançada ou na saúde do membro que deseja entrar na confraria. Porém, a primeira diferença entre os seguros de hoje em dias e estas cobranças confrariais é que nas irmandades este preço a mais, este seguro a mais, é cobrado apenas na entrada, sendo a anuidade idêntica, enquanto as seguradoras cobram mais caro a anuidade (e não cobram entrada). Esta comparação é útil no sentido de facilitar o entendimento do porque que as taxas são maiores a estes irmãos

Outra forma de aquisição de pecúnia é o petítório. São atividades desenvolvidas por alguns irmãos, com a devida autorização do Ordinário, para poderem pedir na rua (normalmente perto de alguma igreja, porém, podendo ser feito em qualquer lugar) por alguma obra ou atividade. Normalmente as pessoas mais doavam nestes momentos quando o objetivo dos petítórios era a construção de templo, que sendo algo físico exercia certo fascínio na população mineira. As confrarias negras em especial eram beneficiadas, pois, de alguma forma a população se compadecia da situação desses, tendo as confrarias negras maiores rendimentos nesta atividade³⁰.

²⁸ - Os irmãos mesários pagavam anuidades mais caras.

²⁹ - Quando a confraria cumpre o compromisso, senão pode gastar este dinheiro com outras coisas de forma ilegal.

³⁰ - Inclusive, esta é uma das justificativas dadas quando se pergunta porque que os brancos não queria permitir que os negros se separassem em uma confraria própria, em um capítulo de uma batalha judicial, os negros pela cisão e os brancos pela

Os juizes da irmandade, componentes da mesa diretiva, eram colaboradores de grande escalão, além de pagarem taxas obrigatórias mais altas que os demais, tendiam a colaborar de forma espontânea e de forma esbanjadora com as irmandades. Muito dos custos de festas eram subsidiados com as doações destes irmãos, que, principalmente nas confrarias negras, tinham este caráter espontâneo. Porém, neste capítulo de juizes, aqueles que mais contribuía e nem faziam parte integrante da mesa eleita eram os juizes de devoção. Magalhães de Aguiar assim os define:

“(...) juizes de devoção, ou seja, os que de moto próprio, independente de eleição, contribuía para cumprir uma promessa ou simplesmente para satisfazer ou exteriorizar uma identificação de caráter religioso.”³¹

Este juizes pelas suas grande doações, além de comporem parte substancial das receitas das confrarias, conseguiram chegar a uma influência que tinham sob as decisões da mesma. Assim, por sua capacidade econômica, com o simples ameaçar de não doar mais a quantia prometida, poderiam fazer exigências, e apesar de não votarem, sem dúvida influenciavam qualquer voto da mesa. Era este então um possível e agradável lugar para a atuação das irmãs, que possuíam poder econômico, mas, que não tinha lugar oficial segundo as regras das irmandades.

E sendo estes juizes grandes financiadores das festas³², torna-se obrigatório falar das mesmas. Estas eram estimuladoras de doações, trazendo às bacias das irmandades as mais “gordas” doações. Sendo também nesta época de festas³³ que eram cobradas as anuidades e a entradas aos irmão, sendo esta cobrança facilitada devido ao ambiente de festa e destensionamento dos conflitos do dia-a-dia. As festas eram também criadores de recursos indiretos, pois era grandes agregadoras de novos irmãos. As festas eram tratadas pelos irmãos como elementos muito importante sendo a eles melhor fazer festa do que arcar com sufrágios, pois, sem as festas os sufrágios também Não seriam pagos, pois, sem festa não haveria contribuição. Eram este momentos de alegria e de euforia (ainda mais nas confrarias negras, com suas festas caracterizadas pelo barulho e pelos excessos) que a irmandade mais se magnetizava ao dinheiro das contribuições. Eram levadas tão a sério as execução das festas e missas festivas, que se fossem

agregação. Outra justificativa seria que pela simples divisão em duas confrarias as doações também seria divididas para duas confrarias, mas isto fica como indagação e curiosidade.

³¹ - Trecho retirado da página 377 da obra de Marcos Magalhães de Aguiar constante na bibliografia.

³² - Por vezes, algumas confrarias, nas confusões sobre execução de sufrágios, para não terem suas festas canceladas, tiveram nos irmão mesários, oficiais e juizes a garantia da festa. E como disseram uma vez, sem festa não há contribuição, não existiria esmola.

³³ - Que normalmente era vários dias, pois era feitas de forma subsequente, ou seja, era feitas uma atrás da outra ao invés de serem espaçadas.

canceladas, exigiam registro solene e reunião com os irmãos de mesa para discutir o assunto, não passaria em branco. Somente não ocorreria em situação de necessidade extrema.

Resumindo este item, as confrarias retiravam sua receita das anuidade e entradas, das contribuições dos juízes, de petítórios, porém o mais importante recurso era a festa, que além de obter doações por si só, arregimentava membros e estimulava o pagamento das taxas pelos irmãos já existentes.

INVERSÃO HIERÁRQUICA

Nesta parte do trabalho trazemos a culminância da importância e funcionamento das confrarias negras. Estudando os atrativos que encaminhavam as pessoas à organização associativa percebe-se claramente a irmandade como instrumento social. Para alguns como instrumento disciplinador da massa negra, que colocava em pânico os brancos em pensarem em revolta. Porém isto não condiz com a organização das mesmas. Não era nem disciplinadas pelos brancos e nem desejavam revoltar-se. Na verdade eram autodisciplinadoras, aprendendo que com seu canal de comunicação com o Coroa, conseguiriam da forma certa o que desejassem. Tinham sim, sua vontade e reclamações a fazer, mas queria fazer isto de forma estruturada e não anarquizada.

As irmandades foram instrumentos de independência do negro em uma sociedade escravista. Aonde era subordinado ao senhor pela posse e ao pároco pela religião. Porém, as irmandades quebraram este elo. Não poderiam comprar a alforria de todos os escravos, porém, criaram dentro da sociedade que os reprimia o órgão de libertação social. Aonde tinha sua vida separada do seu senhor, mesmo que fosse apenas naqueles momentos de festa e de atividades confrariais, mas de qualquer jeito, tinham um momento que era deles. Nem o pároco, o vigário, nem eles poderiam passar por cima disso, querendo ditar regras de conduta à confraria que por diversas vezes não aceitou a submissão. Separou-se sim dos párocos e contratou capelães para servir suas necessidades espirituais, sendo Não mais a irmandade subordinada ao clérigo, mas o clérigo dependente do pagamento da confraria, resultada da política regalista resultante do padroado.

As confrarias negras ofereciam aos irmãos de cor momento de alforria, mesmo que ainda escravos, quando nem o senhor poderia impedir o escravo de executar os seus rituais junto aos seus confrades e, se o fizesse, seria o senhor então tratado pela sociedade como pessoa impiedosa e sem intentos cristãos. A força das confrarias, no espiritual, excedia a simples vontade do senhor e os momentos de festa eram a culminância nesta inversão de papéis, quando negro não era mais o escravo, ou mesmo o forro não era mais o marginalizado. Naqueles momentos eles eram irmãos, eram iguais e eram tratados como os melhores da fé cristã e isto era por si só grande chamativo a qualquer pessoa de cor. A cerimônia de eleição de um negro e uma negra para o papel de Rei e Rainha da irmandade exemplifica esta necessidade de serem, mesmo que apenas em seu próprio meio, os donos de si mesmo.

Seriam as irmandades colaboracionistas com a Coroa, apaziguando as ações dos negros? Não, elas apenas organizavam esta vontade de se “libertarem”, não mudaram o sistema em que viviam, porém, encontram o seu meio, o seu lugar ideal de ação. As confrarias foram a forma de ação e de manifestação e

contestação do sistema que existia. Não eram de forma alguma as irmandades aculturadores de seus irmãos, mas sim eram criadores de uma cultura própria, tão diferente do próprio culto “silencioso” dos brancos.

As confrarias negras que foram acusadas pelos párocos como agitadoras que se afastavam da igreja, isto por não necessitarem do pároco, dão a volta por cima e afirmam serem os párocos pessoas não cristãs, movidas apenas por suas ambições e não por suas crenças verdadeiras. E estas confrarias não simplesmente lutaram contra os párocos. Argumentaram, e o fizeram com auxílio dos letrados prepararam seus argumentos jurídicos e aceitaram a batalha em um plano de igual para igual contra os eclesiásticos. Ganhando ou Não em sua petições de independência do pároco essas irmandades já ganharam no momento que conseguiam ser ouvidas e no momento que geravam dúvida ao Rei na hora de decidir tomar parte de qual lado. Só a geração desta dúvida, a demora na escolha, os conflitos constantes que não tinha uma conclusão fácil demonstra o grau de respeito que estas instituições adquiriram. Não eram mais escravos ou negros, ou pardos, ou mulatos. Eram as irmandades e estas tinham respeito e poder de barganha.

Estas irmandades ganharam por manipular as estruturas de poder, atingindo todos os níveis da atividade mineira, tendo capacidade de enfrentar os mais poderosos e tendo capacidade de ter uma capacidade de negociação com a Coroa. Sim, as confrarias negras se constituíram em corporação de inversão hierárquica, proporcionando a estas etnias marginalizadas um momento de reinado, de poder, de mudança no ambiente que vive e de supremacia em relação a outros grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o encerramento deste trabalho pode-se evidenciar o papel importante que as confrarias negras tiveram. Sendo estes órgãos religiosos o ápice da vida mineira, era o local aonde as pessoas podiam se manifestar socialmente. Era um espelho da sociedade da época e foi através deste espelho que podemos perceber em Minas Gerais um movimento de contestação negra bem organizado que teve nas irmandades suas unidades de ação.

Com as festas não somente contestavam mas se mostravam e mostravam sua forma de ser. Faziam barulho e chocavam aos visitantes eclesíasticos sempre a apontarem seus excessos. Mas, sem se importar com isto saíam em comemorações a si mesmos, a carregar os seus santos, carregando os seus oragos, tendo o seu capelão executando os rituais.

Com o seu poder aquisitivo pode declarar sua independência e achar seu lugar do sistema escravista. Com seu poder social galgou vários degraus em prol dos seus membros.

Foram estas confrarias as responsáveis pela manutenção do culto e da evangelização dos negros, mas foram elas também, instrumento legal de perturbação das elites brancas coloniais que muitas vezes tiveram que acatar decisão Real e ceder lugar aos irmãos de cor.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Marcos Magalhães. ‘Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas Colonial’, in JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris (organizadores); Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec/Imprensa Nacional/Edusp/FAPESP, 2001.

Salles, Fritz Teixeira de. Associações Religiosas no Ciclo do Ouro. Belo Horizonte: Estudos, 1963.

Boschi, Caio César. Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986.

Scarano, Julita. Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.